

Não cumulatividade no IBS e na CBS

Não cumulatividade no sistema atual

NÃO-CUMULATIVIDADE NO ICMS

Art. 155, § 2º, I, da Constituição Federal e Lei Complementar nº 87/96

NÃO-CUMULATIVIDADE NO IPI

Art. 153, IV, § 3º, II, da Constituição Federal

NÃO-CUMULATIVIDADE NO PIS E NA COFINS

Art. 195, § 12, da Constituição Federal e Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003





VENDA 1

Saída por 1.000

débito = 100 (10%)

crédito = 0

A recolher = 100



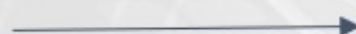
VENDA 2

Saída por 3.500

débito = 350 (10%)

crédito = 100

A recolher = 250



VENDA 3

Saída por 15.000

débito = 1.500 (10%)

crédito = 350

A recolher = 1.150

FATURA / DUPLICADA

Fatura nº 103.487 - Vcto. 10/07/20X1

CALCULO DO IMPOSTO

B. DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS ST	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
13.500,00	2.430,00			13.500,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI
				VALOR TOTAL DA NF 13.500,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 3 - Sem frete	CÓDIGO	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
ENDEREÇO	MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓD PROD.	DESCRIÇÃO DOS PROD./SERVIÇO	NCM/SH	OST	CFOP	UN	QUANT.	VL. UNITÁRIO	VALOR TOTAL	V. CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTAS	
												ICMS	IPI
CALC15	Calças de algodão	62034200	000	5.101	UN	150	90,00	13.500,00	13.500,00	2.430,00	-	18	-

Art. Não cumulatividade no IBS e na CBS

IBS: Art. 156-A, VIII – será não cumulativo, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direito, ou de serviço, **excetuadas exclusivamente as consideradas de uso ou consumo pessoal especificadas em lei complementar** e as hipóteses previstas nesta Constituição

CBS: Art. 195, § 16. Aplica-se à contribuição prevista no inciso V do **caput** o disposto no **art. 156-A**, § 1º, I a VI, **VIII**, X a XIII, § 3º, § 5º, II a VI e IX, e §§ 6º a 11 e 13. ;

A isenção e a imunidade:

I – não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações seguintes; e

II – acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores, salvo, na hipótese da imunidade, quando determinado em contrário em lei complementar.

Não cumulatividade

§ 5º Lei complementar disporá sobre:

(...)

II - o regime de compensação, podendo estabelecer hipóteses em que o aproveitamento do crédito ficará condicionado à verificação do efetivo recolhimento do imposto incidente sobre a operação com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços, desde que:

- a) o adquirente possa efetuar o recolhimento do imposto incidente nas suas aquisições de bens ou serviços; ou
- b) o recolhimento do imposto ocorra na liquidação financeira da operação;